

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE - TRF3

Informações Gerais:

Data: 22.11.2017

Horário de Início: 14:00

Horário de Término: 17:38

Local: Sala de Reuniões da Diretoria Geral - 4º andar - Torre Sul

Participantes:

| Nome | Cargo/Área |
|--|---|
| Dra. Cecilia Maria Piedra Marcondes | Presidente do Tribunal Regional Federal - 3ª Região |
| Dr. Fabiano Lopes Carraro | Juiz Federal em Auxílio à Presidência |
| Dr. Felipe Raul Benali | Juiz Federal |
| Dra. Regilena Emy Fukui Bolognesi | Juíza Federal |
| David Panessa Baccelli | Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação |
| Dr. Sérgio Monteiro Medeiros | Procurador Regional da República |
| Dr. Thiago Lacerda Nobre | Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo |
| Dra. Marina Brito Battilani Bolzan | Procuradora Regional Federal |
| Dr. Wellington Viturino de Oliveira | Procurador Regional da Fazenda Nacional |
| Dr. Sérgio Luiz Rodrigues | Procurador Regional da Fazenda Nacional |

| Dr. Fernando de Souza Carvalho | Defensor Público da União |
|--------------------------------|---------------------------|

Objetivo: Acompanhar e dar ciência aos integrantes do Comitê Gestor quanto à evolução da implantação e do sistema na Justiça Federal da Terceira Região.

Pauta:

- 1) Dados atuais de implantação;
- 2) Resolução nº142;
- 3) PJe versão 2.0;
- 4) Integração TJSP;
- 5) PJe Mobile;
- 6) Próximas expansões;

Breve síntese:

- Informações gerais prestadas pelo Juiz Federal em Auxílio à Presidência, desde a última reunião realizada até a presente data: quantitativo de processos 986 processos para 180.245, Resolução 142, Versão 2.0 - segundo tribunal do país a receber o sistema.
- Plano de ação/planejamento: aceleração do PJe: execução fiscal, implantação na área criminal e no Juizado Especial Federal.

Criminais: implantação no segundo grau para a classe HC

JEF: implantação nas turmas recursais

Execuções Fiscas: previsão de implantação em janeiro de 2018.

Integração com o TJSP em fase de testes

Desenvolvimento PJe Mobile

Breve Síntese:

- Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo agradeceu a participação e noticiou sobre a inserção de documentos para versão 2.0 por meio de plug in de navegador. Convencionou-se encaminhar o desenvolvimento para aprovação do CNJ.
- Juiz Federal em Auxílio à Presidência prestou agradecimentos à área técnica nas pessoas do Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação e do Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação.
- Desembargadora Federal Presidente ratificou as palavras do Juiz Federal em Auxílio à Presidência.
- Procurador Regional da República pontuou o crescimento do PJe e ansiedade pela implantação no HC e a integração com o TJSP. Apontou melhorias visíveis no sistema. Reportou dúvida quanto à ciência da decisão do agravo.
- Defensor Público da União elogiou a evolução do sistema. Questionou acerca do acesso da parte aos autos.

- Juiz Federal Felipe Raul Benali apontou questão relativa a restrição a este acesso público.
- Representantes da PRFN parabenizaram a evolução do PJe. Apontaram problema para continuar a integração. Apresentaram dificuldades para digitalizar os casos de remessa ao segundo grau. Sinalizaram que estão sendo estudadas alternativas, pois não tem condições de cumpri-la. Informaram que o avanço trazido pela integração e que não ajuizarão em São Vicente e Jundiaí a partir de 1º de dezembro.
- Defensor Público da União alegou que nem todas as unidades terão condições de cumprir a Resolução 142.
- Juíza Federal Regilena Emy Fukui Bolognesi agradeceu em nome da AJUFESP a oportunidade, colocando a associação à disposição.
 - Juiz Federal Felipe Raul Benali corroborou as palavras da Juíza Federal. Não houve designação de data futura de reunião.



Documento assinado eletronicamente por David Panessa Baccelli, Assessor de Gestão de Sistemas de Informação, em 13/07/2018, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 3885330 e o código CRC 8B781616.

0031538-74.2016.4.03.8000 3885330v4